



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR AO CIDADÃO

TERMO DE REFERÊNCIA
CHAMAMENTO PÚBLICO

1. Objeto: Cadastramento de plataformas de armazenamento em nuvem, com a finalidade de doar imagens, captadas por câmera privada de CFTV – circuito fechado de televisão, voltada para a via pública, para o sistema de videomonitoramento do Município de Pindamonhangaba.

2. Descritivo técnico das especificações mínimas:

2.1. Do cadastro e configuração das câmeras:

2.1.1. As câmeras deverão ser previamente cadastradas por meio de numeração única e texto com nome referenciando à localização para que possibilite sua identificação.

2.1.2. As câmeras a serem disponibilizadas no COI (Centro de Operações Integradas) devem possuir um nível de qualidade que garanta que as imagens realmente serão aproveitadas quando necessária a visualização destas em situações de ocorrências.

2.1.3. As câmeras fixas para visualização de vias públicas deverão possuir, no mínimo, as características a seguir:

2.1.3.1. Imagem de 2MP (1920 x 1080), possuir filtro de IR removível, imagens coloridas com 0.15 Lux ou no modo monocromática a 0,01 lux sem infravermelho e 0 lux com infravermelho, fornecer fluxos H.264 e MJPEG, permitir no mínimo 20 conexões simultâneas, tecnologia WDR no mínimo de 120 dB, possuir protocolos RTP, RTSP, UDP, TCP, IPV4, IPV6, DHCP, HTTP, IGMP, SNMP, SMTP, Bonjour, UPnP, DNS, HTTPS, SSL, suporte ao protocolo ONVIF, no mínimo 03 fluxos de stream simultâneos, no mínimo 30 fps em 2MP e interface de rede 10/100 Mbps Ethernet.

2.1.4. As câmeras utilizadas para a detecção de placas veiculares devem ser instaladas para leitura da placa traseira do veículo. O sistema deverá ser capaz de funcionar durante o período diurno e noturno, independente de existir iluminação no local, a fotografia da placa do veículo deve ter nitidez para o operador entender facilmente as letras e números da referida placa. O sistema de leitura de placa de veículos deverá ser integrado à solução atualmente utilizada pelo COI (Centro de Operações Integradas), que é o VMS da Milestone, com o objetivo de gerar alarmes no VMS de placas de veículos de interesse de segurança pública, previamente cadastradas no VMS.

2.1.5. A câmera móvel deve ter pelo menos 30x de Zoom Óptico, apresentar movimentos horizontais e verticais (Pan e Tilt), possuir filtro de corte infravermelho removível, resolução mínima de 2MP (1920x1080), sensibilidade no modo colorido de 0,15 lux ou monocromático 0,01 lux, permitir ronda eletrônica, possuir fluxos H.264 e MJPEG, permitir no mínimo 10 conexões simultâneas, possuir WDR 120 dB, interface de rede de 100 Mbps ethernet, possuir no mínimo 3 fluxos de vídeos, possuir

protocolos RTP, RTSP, UDP, TCP, IPV4, IPV6, DHCP, HTTP, IGMP, SNMP, SMTP, Bonjour, UPnP, DNS, HTTPS, SSL, suporte ao protocolo ONVIF, possuir configurações de presets e rondas automáticas, proteção IP66 e no mínimo 30 fps em 2MP.

2.2. Dos requisitos necessários da plataforma de armazenamento da empresa para integração ao projeto pinda inteligente:

2.2.1. A plataforma de armazenamento deve prover todo o acesso de comunicação utilizando o protocolo de transferência de hipertexto HTTPS, por ser atualmente a forma mais segura de transferência de dados entre as redes de computadores e a internet.

2.2.2. A plataforma de armazenamento deve prover acesso as câmeras disponibilizadas por meio de Software Client ou Web Browser. Deve também possuir a opção para aplicativo de celular.

2.2.3. As soluções Web Browser e Mobile (aplicativo celular) devem permitir a visualização ao vivo das câmeras, assim como permitir a visualização e download das gravações a qualquer momento.

2.2.4. A plataforma de armazenamento deve prover pelo menos 7 dias de armazenamento.

2.2.5. A plataforma de armazenamento deve possuir nativamente ou permitir integração pelo menos para as seguintes funções de analíticos de vídeos: Detecção de Intrusão, contagem do fluxo de pessoas, contagem de pessoas por área, taxa de ocupação, pânico e desordem, objeto abandonado, linha de contagem, veículo estacionado, veículo na contramão, LPR (reconhecimento de placas de veículos); estes analíticos devem gerar alarmes na plataforma de armazenamento para visualização imediato dos operadores do COI (Centro de Operações Integradas).

2.2.6. O acesso dos operadores do COI (Centro de Operações Integradas) será realizado por meio de usuários e senhas, controlando o nível de acesso, de forma que seja atribuída permissão para a função necessária para cada operador. As funções são: Visualização ao vivo, reprodução, alarmes, acesso pelo aplicativo de celular (Mobile), acesso a Web Browser e acesso ao Software Client.

3. Das condições de habilitação:

3.1. Qualquer pessoa jurídica, consórcio liderado por empresa, grupo de empresas poderá se habilitar para os fins do presente Chamamento Público, desde que apresentados os documentos exigidos e atendidas às demais normas preconizadas neste Termo e no Edital.

4. Da documentação adicional

4.1. Os documentos adicionais de habilitação que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

4.1.1. Certidão de registro da pessoa jurídica e do responsável técnico, emitidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em vigência;

4.1.2. Certidão de Acervo Técnico – CAT em nome do responsável técnico da empresa prestadora do serviço referente à implantação de CFTV – circuito fechado de televisão, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

5. Das obrigações, responsabilidades e vedações:

5.1. São obrigações da Prefeitura de Pindamonhangaba:

5.1.1 Credenciar as empresas interessadas na prestação do serviço e na doação de imagens armazenadas em nuvem captadas por câmeras de vigilância privada, que atendam ao descritivo técnico das especificações mínimas constantes do presente termo e que tenham apresentados os documentos exigidos no edital;

5.1.2. Manter os credenciados atualizados em relação à publicação de ordens de serviço, instruções normativas, resoluções, portarias, comunicados e demais orientações a respeito dos procedimentos que afetam o sistema de videomonitoramento de vias públicas no Município de Pindamonhangaba;

5.1.3. Autorizar a empresa doadora a instalar câmeras de segurança direcionadas para as vias públicas, visando o monitoramento e segurança;

5.1.4. Autorizar a inserção do nome da empresa cadastrada no site do Projeto Pinda Inteligente, obedecidas as restrições legais aplicáveis ao caso concreto, bem como os requisitos formais e técnicos do presente termo e do Edital;

5.1.5. Acompanhar, a qualquer momento, as condições de regularidade dos serviços doados, objetos do presente termo;

5.1.6. Não interferir nos atos de livre comércio entre o credenciado e os seus clientes

5.2. São obrigações do credenciado:

5.2.1. Estar e manter-se regularizado perante a Prefeitura de Pindamonhangaba;

5.2.2. Responder consultas e atender convocações por parte da Prefeitura de Pindamonhangaba, a respeito de matérias que envolvam o credenciamento;

5.2.3. Manter em funcionamento, perante o Departamento de Tecnologia da Informação, no mínimo um tipo de meio de comunicação, que permita contato imediato da Prefeitura de Pindamonhangaba, por meio de telefone convencional, telefone celular, e-mail, sistema informatizado ou outros;

5.2.4. Comunicar, previamente, e oficialmente, mudança de endereço e/ou números de telefones;

5.2.5. Disponibilizar todas as informações, sempre que solicitado, relativas às condições jurídicas, administrativas e contábeis da empresa, visando demonstrar as condições de regularidade comprovadas na ocasião da inscrição;

5.2.6. Zelar pela observância das regras sociais de convivência e urbanidade dos seus empregados e profissionais contratados;

5.2.7. Atender prontamente aos servidores da Prefeitura de Pindamonhangaba, quando da realização das atividades de supervisão e acompanhamento, disponibilizando todas as informações solicitadas pelos técnicos;

5.2.8. Providenciar a confecção da placa do Projeto Pinda Inteligente, nos termos das especificações do Anexo I, a ser fixada no local de instalação da câmera cujas imagens armazenadas em nuvem serão disponibilizadas para o Centro de Operações Integradas e para os órgãos de segurança pública do Município de Pindamonhangaba, cujo custo relacionado com a confecção e instalação deverá ser de responsabilidade da empresa cadastrada, sem ônus para a Prefeitura de Pindamonhangaba;

5.2.9. Responsabilizar-se pelo serviço de instalação da câmera de vigilância privada, voltada para a via pública, de acordo com o interesse de seu cliente, pelo armazenamento da imagem em nuvem, pelo período de no mínimo de até 7 (sete) dias, e pelo compartilhamento, sem ônus para a Prefeitura de Pindamonhangaba e às

expensas do próprio credenciado, cujo custo será decorrente exclusivamente da relação comercial com o respectivo cliente;

5.2.10. Realizar o cadastro de seus clientes, cujas câmeras de vigilância privada estejam doando as imagens armazenadas em nuvem, em conformidade com o presente termo, por meio do preenchimento do formulário disponível no Anexo III, que deverá ser assinado pelos mesmos.

5.2.11. Emitir Nota Fiscal, referente à prestação das atividades a seus clientes, tempestivamente ao pagamento, e mantê-las sob guarda e arquivo na empresa credenciada, podendo ser esta, alvo de consulta posterior por parte da Prefeitura de Pindamonhangaba;

5.2.12. Disponibilizar os equipamentos necessários para a perfeita execução do serviço;

5.2.13. Comunicar a Prefeitura de Pindamonhangaba, formal e prontamente, indícios de irregularidades praticadas, assim como qualquer indício de ilícito penal ou improbidade administrativa, sem prejuízo da comunicação à autoridade policial competente, nos casos de ilícitos penais;

5.2.14. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por danos de qualquer natureza decorrentes da atividade objeto deste credenciamento, assumindo, inclusive, integralmente, o ônus de eventuais prejuízos causados a terceiros;

4.2.15. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução das atividades para a quais foi credenciada, sem ônus para Prefeitura de Pindamonhangaba.

5.3. Das vedações

5.3.1. É vedado às empresas credenciadas:

5.3.1.1. Praticar qualquer ato contrário ao Edital, às normas regulamentares da Prefeitura de Pindamonhangaba, ao estabelecido em contrato e à legislação vigente, no que se refere aos procedimentos envolvendo a doação de imagens armazenadas em nuvem captadas de câmeras de vigilância privada para a Prefeitura de Pindamonhangaba;

5.3.1.2. Fazer qualquer cobrança em nome da Prefeitura de Pindamonhangaba;

5.3.1.3. Contratar e vincular servidores da administração pública para exercerem atividades objeto deste credenciamento;

5.3.1.4. Utilizar a logomarca da Prefeitura de Pindamonhangaba, salvo a do Projeto Pinda Inteligente, conforme anexo V;

5.3.1.5. Divulgar sem autorização expressa da Prefeitura de Pindamonhangaba, no todo ou em parte, informações reservadas que detenha em face do credenciamento realizado;

5.3.1.6. Praticar ou permitir que profissional cadastrado, bem como qualquer empregado, pratique atos de improbidade contra a fé pública, contra o patrimônio, ou contra a Administração Pública ou privada, previstos na Lei 8.429/92;

6. Da responsabilidade:

6.1. O proprietário, os sócios-proprietários, o gerente e empregados do credenciado responderão penal, administrativa e civilmente pela execução indevida das atividades e

obrigações previstas neste Termo, no Edital de Chamamento Público e nas normas legais e regulamentares pertinentes.

6.2. A responsabilidade do proprietário, dos sócios-proprietários, do gerente e dos empregados compreende o ressarcimento de qualquer dano material, moral ou financeiro, inclusive os de natureza indenizatória, causado a terceiros e à Prefeitura de Pindamonhangaba, em decorrência da inexecução ou execução incorreta, culposa ou dolosa, da atividade decorrente deste credenciamento.

6.3. O proprietário ou os sócios-proprietários das empresas credenciadas são solidariamente responsáveis pelas atividades praticadas por seus empregados.

6.4. No caso de cancelamento do credenciamento, caberá aos seus representantes legais, sob pena de responsabilidade civil, a retirada de toda e qualquer identificação visual que represente o Projeto Pinda Inteligente e a Prefeitura de Pindamonhangaba.

7. Do acompanhamento:

7.1. A Prefeitura de Pindamonhangaba poderá, a qualquer tempo, descredenciar profissionais que demonstrem incapacidade, inabilidade ou conduta inidônea na execução de suas atividades.

7.2. A Prefeitura de Pindamonhangaba poderá descredenciar a empresa diante de evidência de qualquer infração ao disposto neste Termo, no Edital de Chamamento, ao contrato celebrado, e/ou em toda a normatização pertinente.

8. Do processo de credenciamento:

8.1. Após análise e aprovação dos elementos apresentados, a Prefeitura de Pindamonhangaba, através da Secretaria de Proteção e Bem-Estar ao Cidadão, emitirá Ordem de Serviço a empresa, que poderá dar início às atividades objeto do contrato.

8.2. O credenciamento de cada empresa terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis nas mesmas condições, em igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a empresa comprove a manutenção da regularidade técnica e fiscal para a continuar participando do credenciamento, nos termos do presente Termo e do Edital.

8.3. O credenciamento poderá ser encerrado a qualquer momento mediante manifestação formal de uma das partes;

8.4. Em caso de desatendimento aos requisitos técnicos, legais e regulamentares, poderá ser cancelado o credenciamento.

8.5. É facultada a transferência do controle ou a alteração no quadro societário ou titular da empresa credenciada, desde que informada à Prefeitura de Pindamonhangaba.

8.6. Não será deferido o requerimento de empresa que não preencher os requisitos constantes neste edital, ou descumprir os prazos previstos.



9. Dos documentos de preenchimento obrigatórios:

9.1. É indispensável o preenchimento e assinatura dos documentos anexos a este termo, sendo:

9.1.1. Ficha de Inscrição, conforme Anexo II, utilizada para inscrição da empresa interessada na doação de imagem armazenada em nuvem, captada de câmera de CFTV – circuito fechado de televisão em via pública;

9.1.2. Ficha de Adesão, conforme Anexo III, utilizada pela empresa credenciada para realização do cadastro de seus clientes, de cujas câmeras de CFTV – circuito fechado de televisão em via pública será doada a imagem armazenada em nuvem.

10. Das responsabilidades das partes envolvidas:

10.1. A contratação de qualquer pessoa jurídica, consórcio liderado por empresa, grupo de empresas, para prestação de serviços de instalação, treinamento, manutenção e reposição de peças, de sistema de monitoramento com câmeras de vigilância privada em CFTV – circuito fechado de televisão, e para a prestação de serviços de armazenamento de imagem em nuvem, é um ato de responsabilidade entre o contratante e o contratado, bem como a doação de imagem armazenada em nuvem é um ato de liberalidade do doador.

10.2. À Prefeitura de Pindamonhangaba cabe a responsabilidade de receber a doação da imagem armazenada em nuvem, captada através de câmera privada voltada para a via pública, mediante compartilhamento no Centro de Operações Integradas, sem qualquer custo ao Erário.

11. Das disposições gerais:

11.1. Análise da documentação constante no processo de credenciamento será da competência exclusiva da Prefeitura de Pindamonhangaba.

11.2. Na hipótese do descredenciamento ocorrer por requerimento da empresa credenciada, esta deverá se responsabilizar pela comunicação aos clientes por ela contratados, que possuam câmera de vigilância privada voltada para a via pública, com imagem armazenada em nuvem doada a Prefeitura de Pindamonhangaba.

11.3. Dado o seu caráter de abrangência e amplitude, o credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo dentro do período de vigência deste Edital, com o objetivo de viabilizar as melhorias necessárias ao desempenho das atividades de prestação de serviços ao cidadão, redução de gastos, aumento de eficiência e segurança, transparência e participação social, otimizando os gastos de recursos públicos e viabilizando projetos, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste termo e seus anexos.

11.4. O Credenciamento poderão ser rescindidos: por interesse público, a qualquer tempo, unilateralmente pela Prefeitura de Pindamonhangaba, pela não observância, total ou parcial, por parte do credenciado, das cláusulas e condições aqui ajustadas; amigavelmente, por acordo reduzido a termo; judicialmente, nos casos previstos em Lei.


11.5. As imagens captadas serão cedidas sem ônus para a Prefeitura de Pindamonhangaba e para os órgãos de segurança pública sediados no Município, não

cabendo a estes nenhuma responsabilidade sobre as intervenções em caso de ocorrência.

12. Da inexistência de contraprestação financeira por parte da Prefeitura de Pindamonhangaba:

12.1. De acordo com o presente Termo, não decorrerá nenhum ônus financeiro, de qualquer espécie, por parte da Prefeitura de Pindamonhangaba em função da execução, por esta, do objeto do credenciamento.

Pindamonhangaba, 30 de novembro de 2018.



José Vidal De Souza França Filho
Diretor de Ações de Segurança



José Sodário Viana
Secretário de Proteção e Bem-Estar ao Cidadão